

CPI da Espionagem sofre novo golpe

Desembargador nega liminar para permitir acesso dos deputados aos documentos secretos da P2

LAYRCE DE LIMA

Um novo golpe atingiu ontem a CPI da Espionagem com o despacho do desembargador Joazil Gardés, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), contrário à permissão de investigação dos documentos da P2 pelos integrantes da comissão. Irritados e desanimados, os parlamentares que fazem parte da cúpula da CPI se reuniram ontem para discutir o indeferimento da liminar. Embora cogitem promover até mesmo uma visita ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, os deputados adiaram a definição sobre os próximos passos da CPI para hoje, às 11h00, em nova reunião.

Embora tenha indeferido a liminar, o despacho do desembargador Joazil Gardés acolheu o mandado de segurança. Ele determina que o encarregado do IPM preste informações sobre o pedido de sigilo e solicita parecer do Ministério Público para que o caso seja julgado em plenário. A justificativa para o indeferimento da liminar é de que o poder de investigação da CPI não estará sendo ferido com a espera por uma decisão de mérito em plenário.

Paralelos - Na reunião de hoje com seus assessores e o procurador-geral da Câmara, Landerson Campos, os parlamentares pretendem traçar caminhos paralelos de ações judiciais e administrativas. Os integrantes da comissão demonstraram receio de que a CPI não seja autorizada a funcionar enquanto o Inquérito Policial Militar (IPM), que detém a guarda dos relatórios, não for encerrado. Isso porque o Decreto 79.099/77, que regulamenta a salvaguarda de assuntos sigilosos permite, em seu artigo 70, a destruição de documentos secretos, confidenciais e reservados pela autoridade que os guarda, "desde que perdida a oportunidade ou a utilidade, sejam por ela julgados desnecessários".

Além do caminho judicial, que passa por um novo pedido de liminar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou Supremo Tribunal Federal (STF), os parlamentares querem discutir também os caminhos administrativos que garantam a preservação dos relatórios até que a CPI possa estudá-los.



Mary Leal

Irritados e desanimados com a decisão do TJDF, Luiz Estevão, Lúcia Carvalho e Peniel Pacheco buscam alternativas para a investigação

Paralelamente, pretendem continuar a briga judicial pela liberdade de investigar a P2. "Para mim, temos que recorrer ao Supremo, porque se trata de fazer cumprir a Lei Orgânica e a Constituição Federal", diz a relatora Lúcia Carvalho (PT).

"O que está em jogo agora não é mais a competência da CPI, mas o próprio Poder Legislativo", reclama o presidente Peniel Pacheco (PSDB). Depois da rápida reunião extraordinária da CPI da Espionagem, ontem à noite, o deputado decidiu pedir apoio do presidente da Câmara, Geraldo Magela (PT), para que os próximos passos judiciais sejam tomados em

nome da Câmara Legislativa e não mais pela CPI.

Interesse - Outro relator, o deputado Luiz Estevão (PSDB) continua indignado com a atuação do encarregado do IPM, coronel Belísio Motta, autor do requerimento que provocou a proibição de entrega dos relatórios aos deputados da CPI.

"O governo do DF não demonstra interesse em que a CPI desenvolva seus trabalhos, já que o governador permite que um funcionário do terceiro escalão entre na Justiça para garantir o sigilo de documentos imprescindíveis ao funcionamento da comissão, sem qualquer tipo de reprimenda", provoca.